

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	ESTADO E DIREITO NA CHINA: TRANSFORMAÇÕES INTERNAS E DESAFIOS EXTERNOS								
DOCENTE	EVANDRO MENEZES DE CARVALHO								
CÓDIGO	GRDDIRELE153	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA		Introdução à história do pensamento chinês. Fim da dinastia Qing e o início da República. Fundação da República Popular da China (1949). A Política de Reforma e Abertura (1978). O Partido Comunista da China (PCCh): sua constituição, estrutura decisória e dinâmica política. Os Congressos Nacionais do PCCh. O Estado chinês: sua constituição e estrutura institucional. O Legislativo chinês e o sistema das assembleias populares, a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. As Duas Sessões. Órgãos da Administração do Estado: o Conselho de Estado e seus órgãos. A reforma do sistema de justiça chinês. O governo de Xi Jinping. O sonho chinês e as metas centenárias. Os desafios da promoção do Estado de Direito e a juridificação da China. Novo Código Civil chinês. Estado de Direito e confucionismo. A “sabedoria chinesa” e o “método chinês” na governança interna e na diplomacia.
OBJETIVOS		A disciplina tem como objetivo compreender a estrutura do Estado, do Partido e do sistema jurídico chinês sob uma perspectiva histórica até os dias de hoje, com foco no governo do atual presidente Xi Jinping. Com este curso, o aluno terá uma visão completa de como se estruturam e se relacionam o Estado e o Partido chinês, e como o direito tem acompanhado a evolução da sociedade chinesa atual.
METODOLOGIA		O curso será combinado com aulas expositivas e debates de textos e vídeos selecionados. Haverá uma ênfase na pesquisa voltada para os temas de cada aula.
HABILIDADES		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	
X	Outras: desenvolver uma compreensão intercultural do direito a partir do estudo comparado de uma cultura jurídica diferente da brasileira. Identificar aspectos diferenciadores das culturas jurídicas chinesa e brasileira no processo de construção do desenvolvimento econômico e social de cada país.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1	Século XIX e a decadência da Dinastia Qing: fatores externos e internos. Guerras do Ópio. A Era dos Tratados Humilhantes. Movimentos domésticos de contestação. Esforços de Autofortalecimento e reforma da dinastia Qing.	
2	Noções sobre o Direito Tradicional Chinês: os conceitos de Dao, Li, Fa e Zheng.	
3	O advento da República em 1911 e o papel de Sun Yat-sen. O Movimento de Quatro de Maio de 1919 e as novas ideias em conflito. Partido Nacionalista e Partido Comunista da China (PCCh). A guerra contra o Japão. A China nas Duas Grandes Guerras Mundiais.	
4	Confucionismo x Marxismo?; os Pensamentos de Fei Xiaotong, Ku Hung-Ming e Lin Yutang na interpretação da sociedade chinesa das primeiras décadas do século XX.	
5	Fundação da República Popular da China (RPC) em 1949: a (re)construção de um Estado. As campanhas maoístas. A China sem Lei.	
6	Política de Reforma e Abertura (1978): a China e a abertura para o mercado. Renovação do direito chinês e das instituições jurídicas na China. O papel e o pensamento de Deng Xiaoping: um contraponto ao maoísmo?	
7	O Partido Comunista da China e a República Popular da China: as diferenças e ambiguidades entre Partido e Estado. A Constituição da RPC de 1982. Os Congressos Nacionais do PCCh e as Sessões Plenárias. as Assembleias Nacionais Populares e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. O Conselho de Estado e a Presidência	

8	Aprofundamento da política de reforma e abertura com Jiang Zemin e Hu Jintao. Ingresso da China na Organização Mundial do Comércio em 2001.
9	A era Xi Jinping. As quatro estratégias abrangentes. Governança com base no direito. Sonho Chinês e o chamado “Socialismo com características chinesas para uma nova Era”.
10	A reforma do Sistema de Justiça na China.
11	As reformas da Quarta Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCCh, em 2014. Promoção do Estado de Direito.
12	O Novo Código Civil. Os desafios para a implementação de uma cultura do Estado de Direito na China.
13	As Regiões Administrativas Especiais da China: Hong Kong e Macau. A Lei Básica de HK e Macau. A questão Taiwan.
14	Diplomacia e Política externa chinesa: da Conferência de Bandung até os tempos atuais. A Globalização à Chinesa.
15	A Iniciativa Cinturão e Rota, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento, Boao Forum, Organização de Cooperação de Shanghai e o Acordo Econômico Regional Abrangente.
16	Relações Brasil-China.
17	Fazendo negócios com a China. Arbitragem e mediação na cultura jurídica chinesa
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	Regulação
	X Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Os alunos serão avaliados por um trabalho escrito, na forma de artigo (com nota máxima de 8.0), bem como em participação em sala de aula nos debates dos textos recomendados (com nota máxima de 2.0).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CHEN, J. Chinese Law: towards an understanding of Chinese Law, its nature and development . London: Kluwer Law, 1999. Link: https://books.google.com.br/books?id=ZelKBjdngfsC&pg=PA1&lpg=PA1&dq=understanding+chinese+law&source=bl&ots=Er2Vo-Bmva&sig=ACfU3U001S3pTMB0F1hLKrfwaza5AWyOkw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKewi2oTXy4fqAhUhmeAKHfajCEYQ6AEwGnoECAsQAQ#v=onepage&q=understanding%20chinese%20law&f=false GOOSSEN, Richard J. “An Introduction to Chinese Law: Does it Exist? What is it? How is it interpreted?”. Osgoode Hall Law Journal . Vol. 27, n. 1, 1989, pp. 93-122. Link: https://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1799&context=ohli LAWRENCE, Susan V.; MARTIN, Michael F. Understanding China’s Political System . CRS Report for Congress, March 20, 2013. Link: https://china.usc.edu/sites/default/files/article/attachments/Understanding%20China%27s%20Political%20System.pdf
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CHOW, Daniel C. K. The Legal System of the People’s Republic of China . 3 rd ed. USA: Thomson Reuters, 2015. LI, Lin. The Chinese Road of the Rule of Law . Singapore: Springer, 2018. PAN, Guoping; MA, Limin. China’s Laws . Beijing: China Intercontinental Press, 2010. YIN, Zhongqing. China’s Political System . Beijing: China Intercontinental Press, 2008. ZHUO, Zeyuan. Rule of Law in China . Beijing: Foreign Language Press, 2018.